

CONHECENDO UM POUCO SOBRE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES E TRADIÇÕES PEDAGÓGICAS

Mariane Cristine dos santos⁹⁰
Adriana Rocha Vilela Arantes⁹¹

RESUMO

A temática da Avaliação da Aprendizagem caracteriza-se como aspecto problemático da prática pedagógica, de amplo significado que carece de reflexão, pois implica diretamente tanto nos meios pedagógicos quanto os resultados educativos. Tratando-se de um tema que expira um delineamento tão profundo a pesquisa qualitativa se apresenta com eficiência para sua análise, possibilitando a valorização do processo da pesquisa, a percepção da essência de nosso objeto de estudo, suas origens, causas, relações e influências. A pesquisa foi elaborada baseando-se teoricamente em LUKESI (1996), HOFFMAN (1993) e VASCONCELOS (1996) tendo como finalidade inquirir sobre quais são as concepções histórico- metodológicas se embasam e em como se dá o desenvolvimento prático relativo ao processo avaliativo em uma escola pública de Anápolis. É notório que a pedagogia do exame ainda está no meio de nós, ela se apresenta muitas vezes camuflada, mas se exprime de forma desvelada nos discursos docentes, em sua prática cotidiana, na forma como se apresentam as temidas semanas de prova e recuperação e como os resultados são recolhidos, envelopados e entregues pontualmente aos pais dos educandos, sem meias palavras, mas, muitas vezes, meias notas. O presente trabalho objetiva aprofundar, ampliar e refletir sobre os conhecimentos relativos ao processo de avaliação da aprendizagem, sua história, concepções e tradições pedagógicas.

Palavras-chave: Aprendizagem. Avaliação. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva aprofundar, ampliar e refletir sobre os conhecimentos relativos ao processo de avaliação da aprendizagem, sua história, concepções e tradições pedagógicas.

Buscou analisar seu real desenrolar dentro da escola, partindo inicialmente de seus traços históricos no Brasil, perpassando as políticas que a transformaram ao longo do tempo, as teorias que a moldam e trazendo uma percepção crítica da realidade avaliativa.

⁹⁰ Pedagoga, formada pela Universidade Estadual de Goiás.

⁹¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás e Diretora Geral da Faculdade Católica de Anápolis.

O interesse pelo estudo da temática acerca da avaliação da aprendizagem surgiu a partir dos estudos de teóricos como Hoffmann e Luckesi que despertaram para a necessidade de se refletir sobre o processo de avaliação, sua importância, sua história e o porquê avaliar.

Estudar a avaliação da aprendizagem é um processo árduo, pois implica na quebra de conceitos historicamente difundidos e impregnados em nossa realidade. Segundo Hoffmann (2014) a avaliação é mediação, sendo que esta se diferencia a partir da postura tomada pelo professor que desafia, provoca, estimula e promove desafios adequados ao desenvolvimento do aluno.

Atualmente vem sendo buscada uma definição de seu significado, pois o vemos como um aspecto problemático da prática pedagógica. A avaliação tem um significado muito profundo, ela dá a todos os envolvidos a oportunidade de refletir sobre suas práticas, direcionando o processo de ensino aprendizagem. É preciso aprender a aprender para aprender a avaliar.

Para tal amplitude temática é necessária a definição de um enfoque, onde haja um problematizador, o qual estimule a pesquisa e nos dê um caminho a seguir, indicando o horizonte.

Propomos, portanto um estudo focal sobre a realidade avaliativa para conhecer os caminhos da avaliação da aprendizagem, objetivando desvelar em quais concepções históricas e metodológicas se embasam, e como se dá o processo de avaliação pedagógica.

É necessário um delineamento histórico dos processos de avaliação da aprendizagem no Brasil, a definição das concepções que a permeiam, a verificação de sob quais preceitos legais se determina para se construir um trabalho intelectual que venha apresentar de forma clara a avaliação da aprendizagem a aqueles que desejam conhecer e compreender mais sobre essa prática, para que se desenvolva continuamente e vá além do diagnóstico, objetivando a evolução do aluno no processo de aprendizagem.

Quando se fala em educação pensa-se comumente em resultados quantitativos, tanto aqueles encontrados em sala de aula, quanto aqueles divulgados pela mídia. Porém o ensino vai absurdamente além desses valores expostos, não que estes sejam desnecessários e dispensáveis, contudo não expressa tudo aquilo que a escola tem a mostrar. Os fenômenos educacionais que podem ser observados e analisados dentro da

escola representam temáticas que exigem uma metodologia que consiga fazer um delineamento com eficiência para então apresentá-los adequadamente.

Para esse propósito será utilizada a metodologia da pesquisa qualitativa, que segundo Triviños(1987) intenta captar somente a aparência do fenômeno mas, também, sua essência, busca as causas para sua existência, origem, relações e como este influi na vida do ser humano. Os pesquisadores que se utilizam desta metodologia estão preocupados não somente com o os resultados e o produto, mas também com o processo.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, UM OLHAR SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

De acordo com Abreu (2013) a história da educação no Brasil se mescla com a história do país. A colonização trouxe consigo a educação jesuíta no ano de 1549, que tinha como objetivo inicial converter os nativos que aqui habitavam, suprimindo sua cultura, para depois ensinar sua doutrina religiosa.

Entre 1570 a 1759 foi um período marcado pela consolidação e organização da educação jesuítica centrada no padrão universalista do *Ratio Studiorum*, estas escolas eram destinadas aos filhos de colonos, isto é, à elite que aqui vivia. Os estudos com duração de seis anos eram compostos por conteúdos de Retórica, Humanidades, Gramática Portuguesa, Latim e Grego. Seguidos por mais três anos com Matemática, Física, Filosofia, Gramática, Latim e Grego. Mesmo não tendo um sistema avaliativo propriamente dito, ele se desenvolvia através do ensino focado na memorização de lições, trabalhava-se com exercícios escritos diariamente e os conteúdos eram tidos como verdades absolutas as quais o aluno deveria ter a capacidade de reproduzir com exatidão. O professor era autoritário e o aluno passivo e receptor destes conhecimentos, era processo de ensino aprendizagem que carregava o modelo de premiação para quem demonstrava conhecimento e as desobediências eram punidas com castigos físicos.

Para Lima (2010), em 1759, quando os Jesuítas foram expulsos do país, outras ordens religiosas assumiram a educação como os carmelitas, beneditinos e franciscanos. Em 1760 foi realizado o primeiro concurso público para professores no país e somente em 1792 foi implantado o ensino público oficial através das aulas régias, que aconteciam nas casas dos educadores e em seu caráter paliativo que eram sustentadas

pelo imposto chamado “subsídio literário”. Somente no começo do século XIX é que foram criados os primeiros cursos de ensino superior, devido à chegada da corte no Brasil. E em 1834 o Brasil, sendo um país independente, um Ato Adicional atribuiu às províncias a criação e manutenção de escolas primárias. A avaliação seguiu-se de forma limitada e superficial, avaliando o aluno somente pela absorção de informações e se ele como uma tábula rasa era capaz de refletir todos os dados nele impressos.

Importante ressaltar que no início do século XX ocorreram várias reformas relativas à educação na Bahia, em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Neste começo de século, dezenas de escolas superiores foram criadas no país, facilitando o acesso ao ensino superior. Também cresceu a resistência a esse processo que culminou em uma reforma no ano de 1911, com a instituição de uma Lei Orgânica com vigência até o ano de 1915, que receava uma decadência na qualidade do ensino. Segundo Cunha (2008) houveram tentativas de corrigir esse desvio através de exames de madureza e seriação obrigatória do ensino secundário, estas falharam, logo fez-se necessário adotar os vestibulares para que se tentasse impedir que os problemas do ensino secundário atingissem o ensino superior, com seu caráter classificatório e eliminatório.

Após a fatídica crise de 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York havia uma grande insatisfação no país, que culminou na deposição do presidente Washington Luís e Getúlio Vargas assumiu a presidência do país com o apoio de militares no chamado “Governo provisório”.

No ano 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola, que trouxe consigo os ideais de escola pública gratuita, laica e obrigatória, a percepção do aluno como centro do processo educativo, da escola formadora de atitudes e que valoriza a autoaprendizagem. O interesse do aluno era importantíssimo, a autoaprendizagem, o desenvolvimento das relações, construção do conhecimento através do contato direto com o objeto, partido do concreto para ao abstrato, do próximo para o distante. Era um processo de autoavaliação buscando a autorrealização.

Segundo Bomeny (1993) no ano de 1934 foi promulgada a segunda Constituição Federal que instituiu pela primeira vez a educação como um direito de todos, os conhecimentos escolares voltados para saberes científicos e comportamentais, baseando-se em valores morais.

Vargas, em seu governo, criou o Ministério da Educação e da Saúde, realizou a Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do

Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) em 1942. Gustavo Capanema foi o ministro da educação do país de 1934 a 1945.

Segundo Cunha (1991) já no governo de Juscelino Kubitschek que governou o país de 1956 a 1961, com a crescente industrialização do país aumentou a valorização técnico profissional do trabalhador, a educação passou a ser vista como um instrumento do desenvolvimento produtivo capitalista, buscando formar para o mercado de trabalho com a transmissão e absorção de conteúdos. Os estudos predominantemente intelectuais seriam deixados para aqueles que possuíam “vocação” para tais atividades.

Durante o governo João Goulart, no dia 20 de dezembro de 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 em 1961, um avanço porque diminuiu-se a centralização do MEC, trazendo um pouco de autonomia aos municípios e Estados, no entanto foi diminuta a democratização de oportunidade na escola pública, esta continuou voltada à elite. A escola passou a ter liberdade na organização do currículo, tendo assim independência para avaliar a partir de critérios próprios.

A educação tecnicista só cresceu, pois em 1964 com o golpe militar houve uma expansão da educação. Segundo Saviani (2008) nos primeiros anos da ditadura houve uma grande ampliação do acesso à educação, principalmente ao ensino superior, porém eliminou a vinculação constitucional de financiamento da educação por parte da União, fator que favoreceu a privatização do ensino.

Em 1968 o ensino superior passou por uma reforma que defendia mudanças na política educacional do país, endossando exemplos como cita o autor: a educação como formação de recursos humanos necessários à vigência do capitalismo; averiguando aptidões dos jovens e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; o ensino médio de caráter formador de mão de obra técnica demandada pelo mercado de trabalho e uma diversificação do ensino superior com cursos de curta duração voltados para o atendimento do mercado.

Em 1971 foi promulgada a Lei 5.692 de 1971, que fixou as bases para o ensino de 1º de 2º graus, com um currículo comum, mas que se diversifica regionalmente, além do ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade. Já a lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, não mudou essências, qualificou o 2º Grau como profissionalizante, podendo ele sob critério do estabelecimento de ensino, oferecer habilitação profissional na preparação para o mercado de trabalho, em uma tentativa de descaracterizar esta etapa de ensino como uma preparação para o ensino superior.

Notamos que estas reformas, levando à profissionalização no ensino médio, estão intimamente ligadas com a necessidade das classes ascendentes de qualificação profissional, afastando assim as massas do ensino superior, contendo gastos, o tão conhecido hábito de se querer tirar o máximo da educação com o mínimo de dispêndio.

Em 1996, já no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi finalmente promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394 de 1996, que trata a questão da avaliação da aprendizagem de uma forma mais abrangente.

Há um novo foco avaliativo dado pela LDB 9394/96, como a valorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a avaliação de forma contínua e cumulativa, o cuidado pela aprendizagem do aluno, possibilidade de aceleração, avanço e aproveitamento dos estudos com base na avaliação da aprendizagem, recuperação paralela a alunos com baixo rendimento na aprendizagem além da frequência mínima exigida como requisito para aprovação para sequenciamento dos estudos.

No início dos anos 1990 iniciou-se, a partir do Ministério da Educação, a implantação das avaliações em larga escala. O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) que é uma amostragem das redes de ensino em cada unidade da federação, que é chamada de SAEB ao ser divulgada e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) que é mais detalhada e apresenta resultados de cada unidade escolar recebendo o nome de Prova Brasil quando é divulgada. Estes, segundo o INEP, tem como objetivos gerais diagnosticar e identificar os problemas e diferenças do ensino regional, e com a Aneb e o Anresc é possibilitado o melhor direcionamento de ações, de recursos financeiros e técnicos. No país temos também o Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudante e o Enem – Exame Nacional do Ensino Médio.

1.2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO, ALÉM DA VISÃO TRADICIONAL

Os exames escolares que encontramos hoje nas escolas tiveram sua sistematização ainda nos séculos XVI e XVII e somente por volta de 1930 é que a

avaliação da aprendizagem começou a ser proposta e difundida. No Brasil o assunto se tornou pauta somente no final dos anos 1960 com o movimento escolanovista e somente na LDB de 1996 que se substituiu a terminologia “aferição do aproveitamento escolar” por “avaliação da aprendizagem”.

Historicamente falando o aluno vai à escola não para aprender e sim para ser submetido a um processo de seletividade – as provas, segundo Hoffmann (1993) os educadores percebem a ação de educar e avaliar como dois processos distintos e não relacionados.

Entretanto nem todos os fenômenos podem ser medidos, ou por falta de instrumento para tal ou simplesmente por não admitirem tal precisão numérica. O professor toma como hábito atribuir esses graus numéricos a vários aspectos da vida do aluno, - seu comportamento, interesse etc. – mesmo que nem todas as atividades sejam organizadas com o objetivo de contar acertos, o professor assim o faz, de forma impressionista ou comparando seus alunos.

Tomar para nós como prática adequada a avaliação da aprendizagem nos parece à primeira vista simplesmente uma mudança no emprego de palavra. Porém trata-se de uma mudança de posição, é preciso vontade e dedicação. Fomos submetidos a exames, aprendemos a examinar e por senso comum reproduzimos essa prática.

De acordo com Luckesi (1996, p. 30)

Para aprender a agir com avaliação da aprendizagem, precisamos de colocar à nossa frente esse desejo, tomá-lo em nossas mãos, dedicando todos os dias atenção a ele, agindo e refletindo sobre nossa ação, fazendo diferente do que já foi, em compatibilidade com o que efetivamente significa avaliar. Não basta somente termos uma intenção e um desejo genérico de mudar. Não basta gostar da literatura e das conversas sobre avaliação. É preciso decidir investir cotidianamente nessa atividade.

A avaliação da aprendizagem precisa estar presente no cotidiano, precisamos compreender o porquê de sua utilização e sua importância, para novamente não cairmos em senso comum. Avaliar a aprendizagem implica em coletar, analisar e sintetizar os dados encontrados e posteriormente compará-los com um determinado padrão. E então é aqui que encontramos a diferença entre avaliar e verificar. A verificação aqui se encerra já a avaliação vai além, o resultado encontrado conduz a uma tomada de posição, contra ou a favor dos dados obtidos, se vai ou não agir sobre eles. Quando a avaliação da aprendizagem se resume em notas, acaba por não se aprofundar em suas

consequências e reforça a competição e seleção que elas trazem consigo; esta medida deve indicar a situação de aprendizagem do aluno e quando insatisfatória precisa gerar investigação dos motivos pelos quais ele não progrediu e não quantificar tudo de forma descoordenada e injusta. Segundo Hoffmann (1993) “avaliação é movimento”, “é ação e reflexão”.

Avaliar deve ser um processo, não se trata de aprovar ou reprovar, este não é o objetivo da escola. O professor deve enxergar seu aluno como um ser social, deve se lembrar de que a escola objetiva formar um cidadão crítico, ativo e que realmente construa conhecimentos em sala de aula. Deve também estar atento para que não se direcione por uma pedagogia equivocada que, conforme Hoffman (1993) afirma, o teste é compreendido como instrumento de mensuração, classificatório, sem intencionalidade de investigação, infalível e irrefutável ao qual são atribuídas notas que não são interpretadas e representam o fim do processo de ensino aprendizagem.

Sem medo de estarmos sendo equivocados somos obrigados a concordar com Luckesi (1996) quando este alega que é necessário investir no processo e não no produto, pois investindo no processo qualquer resultado estará bom. Uma sociedade que investe em avaliação e não em exame, investe em democratização do saber e, conseqüentemente, em democratização da sociedade.

Por muitas mudanças passou a avaliação da aprendizagem no Brasil, mas não podemos esquecer que não só estas mudanças definem como vai ser a abordagem avaliativa, é imperativo olhar focalmente também para o lado pedagógico, a tendência que está incidindo o processo. A seguir apresentaremos as tendências se destacam no Brasil e como estas se caracterizam.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: A TRADIÇÃO PEDAGÓGICA BRASILEIRA.

Entre vários autores que estudam a avaliação da aprendizagem utilizaremos a abordagem desse processo por meio de Mizukami (1986) e outros autores que comungam das mesmas ideias. Para essa autora a avaliação da aprendizagem se apresenta na escola nas mais diversas formas, determinadas sob as características da tendência pedagógica seguida na escola que se observa, ou seja, seu modo de compreender o processo de ensino-aprendizagem. Estas tendem a se mesclar, portanto é

necessário conhecê-las em suas nuances para compreender o processo. Apresentaremos o processo dentro das tendências Tradicional, Comportamentalista, Sociocultural, Construtivista e Sóciointeracionista.

Para Mizukami (1986) na abordagem tradicional a relação professor aluno é vertical, o professor é expositor e transmite informações sobre o mundo, as quais a criança deve absorver passivamente e sem questionamentos. Percebe-se o professor como dono do saber e o aluno como quem caminha na medida em que ele vai adquirindo os conteúdos até que, como um vaso, esteja cheio e possa transmiti-lo a outros que ainda não o possuam. O professor ensina a matéria de forma sistematizada e não se atém às particularidades de cada aluno que tem como papel principal, memorizar.

O ato de aprender que se dá na instituição escolar é estereotipado e automatizado. Está preocupado com a variedade de informações, conceitos e noções, não estando comprometido com a formação reflexiva do educando. A avaliação ocorre mediante a reprodução da quantidade e exatidão do conhecimento armazenado pelo aluno por meio de provas, exames, chamadas orais e exercícios, onde esta se finda, aqueles que não atingem as notas mínimas são reprovados.

Para a abordagem Comportamentalista o processo de ensino aprendizagem deve ser regido através de estímulos, com uma troca constante entre professores e alunos, ligado à transmissão da cultura e experiência. O educador questiona e, conforme a resposta do aluno, são moldados os comportamentos instalados com reforços, o aluno concebido como fruto de um processo evolutivo. Segundo a Mizukami (1986), nesta abordagem a avaliação é parte primordial durante o processo, pois mostra as condições do aluno fornecendo dados para os próximos comportamentos a serem instalados, sendo também realizada ao fim do processo para que seja avaliado se o aluno atingiu os padrões pré-fixados.

Já na Abordagem Construtivista, o aluno deve alcançar autonomia e formar o seu aprendizado tendo por meio a construção de hipóteses e resolução de problemas, o conhecimento é fruto da interação entre sujeito e objeto. O professor, nesta abordagem, não possui totalmente o saber, ele é na verdade um mediador dos interesses dos alunos, no desequilíbrio para a formação de novas estruturas. Ele busca favorecer os processos de reflexão da criança sobre suas ações, a partir de suas experiências, para estabelecer relações entre seu pensamento e suas ações e evoluir moral e intelectualmente. (PIAGET APUD HOFFMANN, 2014, p. 20).

O método de avaliação na escola construtivista é extraído da teoria piagetiana, ele é contínuo, avaliando se o aluno atingiu o nível qualitativo objetivado, os erros são considerados parte do processo e mostram o desenvolvimento do aluno, se adquiriu as noções desejadas dentro do nível em que ele se encontra.

Para Freire (1981), os aspectos culturais, sociais e humanos devem ser respeitados, partindo da realidade social de cada educando. O conhecimento aqui só faz sentido quando o aluno se tornar capaz de transformar seu mundo externo e interno, ou seja, quando o aluno se torna sujeito da sua própria educação pois ele é o sujeito da educação e a elaboração, o desenvolvimento dos conhecimentos estão ligados ao processo de conscientização. Toda ação do processo educativo deve levar à reflexão sobre o homem e seu meio de vida, onde juntos o professor e o aluno desmistificam e questionam. São trabalhados o respeito, a ética, a solidariedade e a humildade. A avaliação ocorre continuamente, uma autoavaliação tanto por parte dos alunos quanto dos professores, percebendo suas dificuldades e evoluções, logo qualquer outra forma de avaliação não teria sentido nesta abordagem.

De acordo com Oliveira (1992), na Abordagem Sóciointeracionista do estudioso Lev Vygotski, a formação se dá na relação dialética entre o sujeito e a sociedade que o rodeiam, a experiência pessoalmente significativa. O professor se classifica como mediador, ativo e determinante, ele é o orquestrador do processo. O ensino deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe e que ainda não é capaz de aprender sozinho, sendo assim, o aprendizado precede o desenvolvimento do aluno e não há aprendizagem que não gere desenvolvimento. Se a abordagem entende que o aprendizado acontece nas relações, a avaliação deste deve ser suficientemente abrangente para perceber o nível de conhecimento real do aluno e suas potencialidades, nas suas capacidades cognitivas e afetivas. Ocorre também uma avaliação do processo de ensino como um todo e das relações professor e aluno, dado que estes aprendem juntos no processo. Todavia segundo Goulart (2014) o professor se utiliza de técnicas de avaliação objetivas, buscando a perfeição e resultados facilmente observáveis, podendo distorcer a visão do aluno do que é importante para ele, se caracteriza como um sistema fechado de pensamento, que busca objetivos pré-definidos, em unidades pequenas e mensuráveis. Não vai além do objetivo, comprovável, mensurável e palpável.

Percebemos em leitura aos referenciais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) a presença de teóricos como Piaget, Lev Vygotsky, Freire e Wallon dando as bases pedagógicas para o ensino e logo, à avaliação. Essa forte presença da mescla das

abordagens de Vygotsky e Piaget forma o que chamamos de “sóciointeracionismo”, abordagem esta que está em voga na educação brasileira. Essas evidências se exprimem nos discursos de formação do educando elaborados nacionalmente, que visam uma educação “que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.” (PCN’S, 1997, p.27). Percebe-se o homem como ser social e histórico e que seu desenvolvimento se dá pelas e nas relações, que cultura a é parte de nossa natureza, moldando-nos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é uma espécie incrivelmente crítica, nós nos autoavaliamos e avaliamos tudo a nossa volta, pessoas, estilo, trabalho, escola, comida, casas etc. Avaliar é uma atitude corriqueira, está em nossa essência, criamos nossos próprios parâmetros, atribuímos valores numéricos, decidimos se algo é bom ou ruim, grande ou pequeno entre outros.

Quando o assunto é educação todos nós temos opiniões diversas, leigas ou não, sobre como deve ser a estrutura física da escola, como devem ser os professores, qual o comportamento ideal dos alunos, como e quais deveriam ser os conteúdos e, como já é de hábito, como devem ser avaliados os alunos. Mas quando se trata da escola a profundidade dos assuntos é muito maior que se imagina. Novamente avaliar é um deles.

Segundo o dicionário Michaelis avaliar é calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de. Reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de. Apreciar. Computar, orçar.

Pode a escola, em seu mar de diferenças, conformar-se apenas com o ato de computar o desenvolvimento de seus alunos? Seja ele satisfatório ou não? Não deve esta ir além do exame e do diagnóstico?

Não podemos culpar totalmente a escola por essa manutenção da vigência da pedagogia do exame. A leitura histórica da avaliação da aprendizagem nos leva a perceber que se trata de uma construção, onde para que a mudança aconteça é

necessária uma ponderação relativa ao seu significado social e político. A avaliação não é dispensável desde que não revele verdades absolutas e sim propicie reflexão e problematize dando luz a novos caminhos. Quando a avaliação se apresenta nesse sentido de inquietação ela é essencial à docência, pois o professor passa a refletir, o que torna a avaliação uma armadura de sua prática contra as verdades pré-fabricadas.

ABSTRACT

The theme of Learning Assessment characterized as problematic aspect of teaching practice, the broad meaning it lacks reflection, it directly implies both educational means and educational outcomes. Since this is a topic that expires as deep design qualitative research is presented effectively for analysis, enabling the enhancement of the research process, the perception of the essence of our object of study, its origins, causes, relationships and influences. The research was developed based on theory in LUKESI (1996) HOFFMAN (1993) and VASCONCELOS (1996) and aims to inquire about what are the methodological historical conceptions underlie and how is the practical development concerning the evaluation process in a public school in Anapolis. It is clear that the exam pedagogy is still among us, it has often camouflaged, but is expressed in unveiled form the teachers speeches, in their daily practice, in the way they present the dreaded weeks of evidence and recovery and the results are collected, enveloped and delivered promptly to parents of students without mincing words, but often half notes. This paper aims to deepen, expand and reflect on the knowledge of the process of assessment of learning, its history, conceptions and pedagogical traditions.

Key words: Learning. Evaluation. Education.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *Educação Brasileira no Período colonial*. Notas de aula 2013.

BOMENY, Helena. *O Brasil de JK: Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950*. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>> Acesso em Março de 2015.

BOMENY, Helena. *Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional*. Estudos Históricos - Os anos 20, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993.

CUNHA, Marcus Vinícius. *A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP*. Disponível

em:<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/435/440>> Acesso em Abril de 2015.

CUNHA, Luís Antônio. *A universidade temporã*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FIOD, Edna Garcia Maciel. *Ensino de 2º grau, hoje: a reafirmação do óbvio*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/8319/7650>> Acesso em: Maio de 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1981. 9ª ed.

GOULART, Iris Barbosa. *Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos, Aplicações à Prática Pedagógica*. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva*. 11ª ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____. *Avaliação na Pré-Escola: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. 19ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação. 2014.

LIMA, João do Rosário. *O Processo histórico da avaliação*. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-processo-historico-da-avaliacao/48584/>> Acesso em: Março de 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoleti. *Ensino: As Abordagens do processo. Temas básicos de educação e ensino*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl. *Algumas contribuições da psicologia cognitiva*. Série Idéias n. 6, São Paulo: FDE, 1992.

Portal da Educação. *Vygotsky e o Sócio Interacionismo – Psicologia e Educação*. 2013. Disponível

em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/37955/vygotsky-e-o-socio-interacionismo-psicologia-da-educacao#!3>> Acesso em: Junho de 2015.

SAVIANI, Demerval. *História das Ideias pedagógicas no Brasil*. 2ª Edição Rev. e Ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008. - Coleção memória da Educação.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Celso. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. São Paulo: Libertad, 1996.

_____. *Avaliação da Aprendizagem - Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora*. São Paulo: Libertad, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. *A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto*. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>> Acesso em Abril de 2015.